

Ano XX nº 5932 – 07 novembro de 2018

Reforma trabalhista gerou menos de 20% dos empregos prometidos



Nenhum trabalhador vai cantar parabéns quando a reforma trabalhista completar um ano de existência no próximo dia 11. As promessas de 2 milhões de empregos nos primeiros anos feitas pelo governo Temer não foram e não deverão ser concretizadas.

Até agora foram criadas apenas 372.748 vagas formais. Esses números comprovam que a alegação do Ministério Público do Trabalho, na época da aprovação da norma, de que a alteração não geraria mais empregos está sendo confirmada.

O que gera emprego em países em crise econômica é o desenvolvimento econômico e não flexibilizações trabalhistas, aponta estudos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), tendo como base exemplos anteriores ocorridos no México e na Espanha.

Segundo o advogado da Central Única dos Trabalhadores (CUT), José Eymard Loguércio, “Os números sobre contratação de trabalho intermitente - nova modalidade prevista na reforma, ainda indicam “precarização do trabalho”. O saldo de intermitentes entre admissões e demissões no período é de 35.930.

Ele acrescenta que há notícias de empregados que firmaram acordos na demissão para serem posteriormente contratados pela mesma empresa ou por outra terceirizada como intermitentes. Nesses casos, o trabalhador que recebia um salário fixo mensal e seus reflexos, agora passa a receber apenas pelas horas trabalhadas, quando solicitado.

Itaú e Bradesco defendem as novas medidas contra o trabalhador

Em relatórios voltados ao mercado e divulgados na grande imprensa, Itaú e Bradesco, as duas maiores instituições privadas do país, expressam seu apoio incondicional às medidas antipopulares anunciadas pelo economista e banqueiro Paulo Guedes, futuro ministro da economia.

Na mensagem enviada aos correntistas, o Itaú Unibanco diz que “o momento é de investir em Bolsa e aproveitar para divulgar seus fundos multimercados como meio de aplicação” e recomenda investimentos em ações.

Já o Bradesco diz que “nos sentimos revigorados para dar início a um novo ciclo de reformas estruturais no sentido da modernização do Brasil”, em outras palavras, o banco tem pressa em aprovar a Reforma da Previdência e defende a proposta de pôr fim aos direitos previstos na CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.

“Está claro nos relatórios que os bancos têm lado e certamente os interesses do sistema financeiro não são os da valorização do trabalho, geração de emprego e renda, direito à aposentadoria e da justiça social, mas unicamente o do lucro fácil da ciranda financeira”, comentou Adriana Nalesso, presidente SEEB-RJ.

Setor privado intensifica cobiça sobre recursos do FGTS

Segundo divulgado pela imprensa no dia 1º deste mês, o presidente do Santander, Sérgio Rial, defende que o novo governo trabalhe para a quebra de monopólios nos serviços financeiros.

Entre eles estão depósitos judiciais, folhas de pagamento de determinadas categorias e a gestão dos recursos do FGTS. “Temos um sistema financeiro que é maduro o suficiente para competir por esses serviços”, afirmou Rial.

A cobiça do setor privado sobre o Fundo de Garantia não é nova, mas tem se intensificado nos últimos anos. E a atual gestão contribuiu para isso. Enquanto, recentemente, o banco público suspendeu para imóveis usados a Pró-Cotista, linha de financiamento habitacional que utiliza recursos do FGTS e é a mais barata do mercado, o Santander passou a oferecer empréstimos nesta modalidade e o Bradesco informou que vai operá-la em 2019.

“Os bancos privados estão de olho apenas nos ativos, que já passam dos R\$ 510 bilhões, sem qualquer preocupação com o social, apenas prometendo uma melhor remuneração”, alerta o presidente da Fenae, Jair Pedro Ferreira.